

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. OBJETIVO

A Lazzo Secondment Intermediações e Recrutamento Ltda. [“LAZZO”] considera o tratamento legal e ético dos Dados Pessoais (conforme abaixo definido) como parte integrante de suas operações e da manutenção da confiança de seus Sócios, Colaboradores e Terceiros. Para esse fim, aderiu aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

A presente Política de Privacidade (“Política”) tem como objetivo descrever como os Dados Pessoais devem ser coletados, manipulados, armazenados, divulgados e, de qualquer outra forma, tratados para atender aos padrões de proteção de dados da Lazzo e cumprir a legislação aplicável.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta Política aplica-se a todos os Sócios, Colaboradores e Terceiros da Lazzo, no exercício de suas atividades que se relacionem ao tratamento de Dados Pessoais ou Dados Pessoais Sensíveis (em conjunto designados como Dados Pessoais).

Para conduzir nossas atividades, necessitamos tratar Dados Pessoais de nossos Sócios, Colaboradores e de Terceiros com os quais nos relacionamos.

3. CONCEITOS

Sem prejuízo das definições atribuídas no âmbito da LGPD, para os fins desta Política, os termos definidos abaixo terão os seguintes significados:

- a) **Colaboradores** – refere-se aos empregados, estagiários, jovens aprendizes e consultores da Lazzo Secondment.
- b) **Sócios** – refere-se aos sócios fundadores, aos sócios de capital e de serviço, aos associados da Lazzo.
- c) **Consentimento** – manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o Tratamento de seus Dados Pessoais para uma finalidade determinada.
- d) **Controlador** – pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.
- e) **Dados Anonimizados** – dados relativos a Titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu Tratamento.
- f) **Dado Pessoal** – informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como, por exemplo, um nome, número de identificação governamental e dados de localização.
- g) **Dado Pessoal Sensível** – Dado Pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- h) **Encarregado** – pessoa indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os Titulares dos Dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

- i) **Incidente de Segurança** – qualquer violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizado, a Dados Pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de Tratamento.
- j) **Operador** – pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.
- k) **Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais** – documentação do Controlador que contém a descrição dos processos de Tratamento de Dados Pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
- l) **Titular(es)** – pessoa(s) natural(is) a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de Tratamento.
- m) **Tratamento** – toda operação realizada com Dados Pessoais, como, por exemplo, as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- n) **Terceiro** – refere-se a todo e qualquer prestador de serviços, fornecedor, consultor, parceiro de negócio, terceiro contratado.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O conteúdo desta Política é de propriedade da Lazzo Secondment, sendo destinado para uso interno.

A Lazzo adota uma abordagem de tolerância zero a violações em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) no âmbito de suas atividades, e espera que todos os seus Colaboradores e Terceiros mantenham o comprometimento com esta diretriz e reportem quaisquer indícios de conduta inadequada.

Para a efetividade desta Política, é importante que todos os Sócios, Colaboradores e Terceiros da Lazzo sigam as diretrizes e cooperem para garantir a adequação e o cumprimento das disposições aplicáveis da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

O conteúdo desta Política deve ser conhecido e observado por todos os Sócios, Colaboradores e Terceiros da Lazzo, sendo o seu descumprimento passível de aplicação das medidas legais e disciplinares cabíveis.

Em caso de dúvidas sobre a aplicação adequada das diretrizes constantes da presente Política, consultas, sugestões, suspeitas de incidentes ou denúncias relacionadas à violação da proteção dos dados pessoais, entre em contato:

Bruno Lourenço

blourenco@lazzosecondment.com.br

5. PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para todo tratamento de dados pessoais, a Lazzo observará a legislação aplicável e as boas práticas em proteção de dados. Além disso, somente deverão ser tratados os dados pessoais, que sejam mínimos e necessários para atingir as finalidades para os quais foram coletados. É responsabilidade de todo e qualquer Sócio, Colaborador e Terceiro, ao realizar o Tratamento de Dados Pessoais, independentemente do propósito, observar estritamente os seguintes princípios básicos:

- a) **Boa-Fé** – os Dados Pessoais devem ser objeto de Tratamento de maneira justa, transparente e legal. O Sócio, Colaborador e/ou Terceiro não deve tratar os Dados Pessoais de um Titular a menos que tenha um motivo legítimo para fazê-lo.
- b) **Finalidade** – o Tratamento de Dados Pessoais deve ser realizado somente para finalidades legítimas, específicas, explícitas e informadas ao Titular, sem a possibilidade de Tratamento posterior incompatível com tais finalidades.
- c) **Adequação** – o Tratamento de Dados Pessoais deve ser compatível às finalidades informadas ao Titular.
- d) **Necessidade** – o Tratamento de Dados Pessoais deve ser adequado, relevante e limitado aos dados necessários para suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às suas finalidades no seu Tratamento.
- e) **Livre acesso** – os Titulares terão direito à consulta facilitada e gratuita sobre a forma e duração do Tratamento, bem como sobre a integridade de seus Dados Pessoais.
- f) **Qualidade dos dados** – aos Titulares devem ser garantidas a exatidão, clareza, relevância e atualização dos seus Dados Pessoais em Tratamento pela Lazzo, seus Sócios, Colaboradores e/ou Terceiros, de acordo com a sua necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu Tratamento.
- g) **Transparência** – os Titulares terão assegurado o direito de obter informações claras, precisas e acessíveis sobre o Tratamento de seus Dados Pessoais e os respectivos agentes de Tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
- h) **Segurança** – deverão ser utilizadas medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os Dados Pessoais de acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- i) **Prevenção** – deverão ser adotadas medidas de segurança para a prevenção de danos que possam ocorrer em razão do Tratamento de Dados Pessoais.
- j) **Não discriminação** – os Dados Pessoais não poderão ser utilizados para quaisquer finalidades discriminatórias, ilícitas ou abusivas.
- k) **Responsabilização e prestação de contas** – a Lazzo, seus Sócios, Colaboradores e quaisquer Terceiros são responsáveis por demonstrar sua conformidade com esta Política. A Lazzo deve assegurar a adoção de medidas eficazes para fins de observância e cumprimento da LGPD.

São exemplos de Dados Pessoais que a Lazzo poderá tratar:

CATEGORIA	DADOS PESSOAIS
Sócios / Colaboradores	Dados constantes nos documentos de identificação de registros federais (p. ex. RG, CPF, CNH) e na OAB; Estado Civil; Gênero; E-mail; Endereço; Número de Telefone; dados constantes nos currículos; Número da conta bancária; Chave PIX; Participação em associações profissionais, Etnicidade; Assinatura (Física ou Digital).
Candidatos	Dados constantes nos documentos de identificação de registros federais (p. ex. RG, CPF, CNH) e na OAB; E-mail; Endereço; Número de Telefone; Portador de Deficiência ou necessidades especiais; Dados constantes em currículo; Participação em associações profissionais; Etnicidade; Assinatura (Digital).
Clientes e representantes	Nome Completo; Número de Telefone; E-mail; Endereço Profissional; Profissão/Cargo; CPF; Assinatura (Digital); Data de Nascimento; Estado Civil.

Terceiros	Gênero; Nome Completo; Endereço; E-mail; CPF (Cadastro de Pessoa Física); Número de Contato (pessoal ou profissional); R.G. (Registro Geral); Registro Profissional; Profissão/Cargo; Número da conta bancária ou Chave Pix.
-----------	--

6. BASES LEGAIS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais tratados pela Lazzo poderão ser utilizados para determinadas finalidades, sempre considerando as bases legais de acordo com a legislação aplicável, com as previsões em nossas Políticas e/ou em instrumentos contratuais.

Para fins de Tratamento de Dados Pessoais, os Sócios, Colaboradores e Terceiros devem observar ao menos uma dentre as finalidades abaixo especificadas, sem prejuízo de outras aplicáveis:

HIPÓTESE	JUSTIFICATIVA
Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	Existência de lei, norma, decisão judicial ou regulação vigente, pelo qual o Tratamento se torna necessário. Este tratamento poderá incluir dados de identificação, documentos pessoais e dados bancários, por exemplo, quando do envio das comunicações obrigatórias à Receita Federal e Receita Estadual, e/ou autoridades públicas. <i>Exemplos: lançamentos contábeis; elaboração de demonstrações financeiras; cumprimento de obrigações acessórias e arrecadações tributárias; alterações de contrato social e registro junto aos órgãos competentes.</i>
Execução de contrato ou procedimentos preliminares ao contrato	Quando necessário o Tratamento para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a um contrato, do qual o Titular seja parte. <i>Exemplos: prospecção comercial; envio de proposta para clientes e candidatos selecionados em projetos de clientes; celebração de contrato com clientes e com parceiros; patrocínio, realização ou apoio à eventos realizados por parceiros; realização de assessment para candidatos selecionados; gestão dos sócios Lazzo e demais colaboradores.</i>
Exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral	Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, em trâmite ou futuro. <i>Exemplos: propositura ou defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais; para elaboração de respostas a reclamações apresentadas às autoridades competentes e fiscalizadoras etc.</i>
Legítimo interesse	Para finalidades legítimas envolvendo prestação de serviços/operações e apoio e promoção das nossas atividades. <i>Exemplos: prospecção de clientes novos ou novos projetos em cliente recorrente; divulgação de vagas para pessoas indicadas por Terceiros; contato com potenciais candidatos indicados por Terceiros; contato com participantes de eventos (CRM).</i>

Consentimento	Quando for necessário o consentimento do Titular, a Lazzo pedirá explicitamente para as Finalidades específicas de uma determinada atividade de tratamento, bem como informará ao Titular sobre a revogação do consentimento. <i>Exemplos: atividades relacionadas à seleção e recrutamento de candidatos às vagas, tais como: divulgação de vagas, recebimento de currículos de candidatos, contato com candidatos, screening, entrevistas e apresentação dos resultados (“short list”) para clientes/contratantes.</i>
---------------	---

Se não conseguir satisfazer ao menos uma das finalidades específicas acima listadas, entre em contato com o Encarregado para obter orientação.

7. CONSENTIMENTO

Conforme estabelecido acima, o Consentimento é uma base legal para o Tratamento de Dados Pessoais regulada pela LGPD. No entanto, recomenda-se que o ‘Consentimento’, sempre que possível, seja utilizado também associado a outra fundamentação, uma vez que existem vários critérios que precisam ser atendidos para obter o Consentimento válido (conforme especificado abaixo, o fato de que o Consentimento precisa ser prestado de forma clara, expressa, unilateral, livre e inequívoca pelo Titular); e o Titular poderá, a qualquer tempo, optar por revogar o seu Consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

Para que um Consentimento seja válido nos termos da LGPD, ele deve atender a cada um dos seguintes critérios:

- deve ser específico para as atividades de Tratamento pretendidas pela Lazzo, seus Sócios, Colaboradores e/ou Terceiros;
- ao prestar o seu Consentimento, o Titular deve declarar conhecer sobre as atividades de Tratamento com detalhes suficientes para entender com o que está consentindo;
- deve ser prestado livremente pelo Titular;
- não pode ser vinculado à ocorrência de quaisquer outras condicionantes (por exemplo: a celebração de um contrato não pode estar condicionada ao Consentimento do Titular);
- deve ser dado por meio de uma declaração inequívoca, clara, expressa e ativa do Titular; e
- não pode ser deduzido do silêncio ou da inatividade.

Os registros de Consentimentos devem ser retidos pela Lazzo para comprovar a respectiva autorização.

É importante observar que o Titular tem o direito de revogar seu Consentimento a qualquer momento e essa revogação deve ser de fácil acesso ao Titular. É importante que existam processos apropriados para realizar prontamente qualquer solicitação para a revogação de Consentimento.

8. ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE ALTO RISCO

Caso o Tratamento de Dados Pessoais represente um risco para o Titular, a Lazzo deverá elaborar um Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) – documento que deve conter a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

São exemplos de Tratamento de risco, o (i) monitoramento ou criação de perfil dos Titulares; (ii) Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis; (iii) Tratamento de Dados Pessoais de menores e idosos; (iv) Tratamento de Dados Pessoais em larga escala.

Por favor, em caso de dúvida, sempre consulte o Encarregado.

9. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE TITULARES MENORES

A LGPD estabelece excepcionalidades para os casos de Tratamento de Dados Pessoais cujos Titulares sejam menores de idade, em decorrência da vulnerabilidade dos mesmos. Nesses casos, o Tratamento deverá ser conduzido visando o melhor interesse de tais indivíduos, ou seja, com a finalidade de beneficiá-los, ainda que de forma indireta; e de forma transparente, de modo que informações destinadas a este público deverão ser prestadas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as condições físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais dos destinatários, com o uso de recursos audiovisuais, quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento do menor de idade.

Não obstante o cumprimento dos requisitos acima, é recomendável que o Tratamento de Dados Pessoais cujos Titulares sejam menores de idade ocorra mediante a coleta de Consentimento de pelo menos um dos pais ou responsável legal.

10. INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO JUSTO

Nos termos da LGPD, quaisquer formulários (impressos ou virtuais) que colem dados sobre um indivíduo devem conter um Aviso de Privacidade informando como os dados serão utilizados, incluindo: **(i)** a finalidade do Tratamento, **(ii)** o tempo de retenção, **(iii)** o compartilhamento com outras áreas da Lazzo no Brasil ou no exterior ou, ainda, com Terceiros.

Caso o Tratamento seja necessário para celebração de um contrato, a Lazzo deverá informar ao Titular as possíveis consequências do não fornecimento dos Dados Pessoais necessários.

Seja qual for o modo de obtenção dos Dados Pessoais (sejam obtidos diretamente a partir do Titular ou, ainda, a partir de Terceiros), o Titular deve receber informações sobre o Tratamento de seus Dados Pessoais pela Lazzo. Essas informações devem ser fornecidas preferencialmente antes ou no momento que os Dados Pessoais sejam coletados (ou, se os Dados Pessoais forem obtidos de Terceiros, em um prazo razoável após a obtenção dos Dados Pessoais ou no momento da primeira comunicação com o Titular, o que ocorrer primeiro).

As informações fornecidas ao Titular devem incluir, ao menos, os seguintes itens:

- A identificação e detalhes de contato do Controlador e do Operador (quando aplicável);
- Se os Dados Pessoais não forem obtidos a partir do Titular, a fonte (ou fontes) dos Dados Pessoais;
- A finalidade (ou objetivos) para o qual os Dados Pessoais serão submetidos a Tratamento;
- As categorias de Dados Pessoais que podem ser divulgadas a Terceiros e os motivos dessas divulgações;
- Se possível, o período durante o qual os Dados Pessoais serão retidos, ou (se não for possível fornecer um período de tempo específico) os critérios que serão usados para determinar o período de retenção;
- Uma descrição geral das medidas adotadas pela Lazzo com relação à proteção da confidencialidade e segurança dos Dados Pessoais.

As referidas informações devem ser fornecidas de modo conciso, transparente, inteligível e facilmente acessível ao Titular.

11. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR TERCEIROS

Quando a Lazzo instrui uma empresa terceira a realizar o Tratamento de Dados Pessoais em seu nome, tal empresa deve celebrar um contrato por escrito com a Lazzo que estabeleça os procedimentos para o Tratamento de Dados, bem como fazer constar o modelo de cláusula contratual de Proteção de Dados e Privacidade. O contrato celebrado com a referida empresa deverá ser validado pelas áreas responsáveis e assinado por ambas as partes antes que qualquer Dado Pessoal seja compartilhado.

Ao contratar uma empresa terceira, é importante que a Lazzo realize a devida diligência do fornecedor, tanto no início do relacionamento, quanto ao longo do vínculo do relacionamento contratual.

12. DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Lazzo deve garantir que os Dados Pessoais não sejam divulgados a terceiros não autorizados. Todos os Sócios e Colaboradores devem avaliar adequadamente a necessidade e cabimento quando solicitados a divulgar quaisquer Dados Pessoais a terceiros, observadas as finalidades específicas previstas nesta Política.

13. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

Transferências internacionais de Dados Pessoais incluem o envio de Dados Pessoais para outro país ou a permissão de acesso remoto aos Dados Pessoais em outro país, independentemente de a Lazzo transferir Dados Pessoais para fora do país em questão ou um terceiro o fizer em nome da Lazzo.

Quando a transferência internacional for necessária, deverão ser adotadas as medidas de segurança técnicas adequadas para garantir a proteção dos seus dados pessoais transferidos, em conformidade com a LGPD e a regulamentação aplicável. Além disso, a transferência será realizada por meio de salvaguardas contratuais a fim de exigir o mesmo nível de proteção aos terceiros que receberem os dados fora do país.

14. RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais tratados deverão ser eliminados quando:

- atingida a finalidade para qual os dados pessoais foram inicialmente coletados;
- deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance de tal finalidade;
- ao término da vigência do contrato pactuado entre as partes, salvo os dados pessoais necessários para cumprir uma obrigação legal ou regulatória e/ou para exercer eventuais direitos em processos administrativo, judicial ou arbitral, observando-se os prazos prescricionais previstos na legislação aplicável ao caso, incluindo, mas não se limitando a, CLT, normas e regulamentações do INSS, CEF, Código Civil, Código de Processo Civil; ou
- o titular requerer o término do tratamento e a exclusão de seus dados pessoais, cujo tratamento esteja baseado no consentimento.

Sujeito aos termos dos normativos internos da Lazzo, os Dados Pessoais não devem ser retidos por mais tempo do que o necessário para o seu respectivo Tratamento. Para isso, cada categoria de Dados Pessoais tratada pela Lazzo deve estar sujeita a um período de retenção que possa ser justificado por referência a esses motivos legais. Os períodos de retenção devem ser monitorados e, ao expirarem, os Dados Pessoais relevantes devem ser

excluídos ou convertidos em Dados Anonimizados (para que não seja mais possível identificar o Titular a quem os Dados Pessoais se relacionam).

Como regra, devemos observar os prazos abaixo:

PROCESSO	TITULARES	PERÍODO DE RETENÇÃO
Prospecção comercial e contratos com clientes	Pessoas físicas representantes ou colaboradores das empresas clientes / potenciais clientes.	10 anos contados da rescisão do contrato
Divulgação de vagas/ Recebimento de CVs (<i>curriculum vitae</i>)	Candidatos / potenciais candidatos.	2 anos contados da candidatura à vaga
Screening dos candidatos e Entrevistas	Candidatos / potenciais candidatos.	2 anos contados da candidatura à vaga
Solicitação e envio de dados para proposta para o candidato escolhido	Candidatos escolhidos.	2 anos do ato ou do término das obrigações contratuais
Gestão de Associados	Sócios	10 anos contados do término da relação societária
Fiscal e Tributário	Prestadores de Serviço / Sócios.	10 anos contados do exercício seguinte do fato gerador
Eventos - Parcerias e Patrocínios	Clientes da base e potenciais clientes / convidados e participantes dos eventos.	2 anos contados do evento
Gestão de Relações Trabalhistas	Colaboradores Lazzo	5 anos do término da relação trabalhista

Os Dados Pessoais devem ser descartados de forma segura, de modo a proteger os direitos e a privacidade dos Titulares e garantir a eliminação permanente dos Dados Pessoais (por exemplo, destruição, descarte como resíduo confidencial ou exclusão eletrônica segura). O descarte de disco rígido deve ser feito mediante contato com o Departamento de TI ou o Encarregado, a fim de que seja feito de maneira segura.

15. PROTEÇÃO E SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Durante todo o Tratamento de Dados Pessoais são utilizadas medidas técnicas e administrativas para que sejam mantidos em segurança, evitando quaisquer acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A Lazzo deve garantir que todos os seus Sócios, Colaboradores ou Terceiros que prestam serviços em nome dela observem a LGPD, inclusive nos aspectos relacionados à de Segurança da Informação, e cumpram o seguinte ao tratar e/ou transmitir Dados Pessoais:

- a) Os Dados Pessoais, armazenados de forma eletrônica ou física, devem ser mantidos em segurança;
- b) os Sócios, Colaboradores e Terceiros devem garantir, utilizar e seguir todos os procedimentos e tecnologias que a Lazzo implementou para manter a segurança dos Dados Pessoais desde o ponto de coleta até o ponto de destruição;

- c) Caso os Dados Pessoais sejam perdidos, danificados, comprometidos, extraviados ou roubados, ou processados de maneira não autorizada, que isso seja relatado como um incidente de segurança da informação, e que as medidas corretivas cabíveis sejam adotadas. Qualquer suspeita ou violação de dados deve ser imediatamente relatada ao Encarregado.

16. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

O Titular possui direitos em relação aos seus respectivos Dados Pessoais em Tratamento pela Lazzo, quais sejam:

- **Confirmação da existência de tratamento** – todo e qualquer Titular, sem justificativa, possui o direito de confirmar a existência de Tratamento de seus Dados Pessoais.
- **Acesso aos dados** – o Titular possui o direito de acessar seus Dados Pessoais e obter informações a seu respeito.
- **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados** – o Titular de dados tem direito de manter os seus Dados Pessoais atualizados e de forma correta.
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação** – o Titular tem direitos de solicitar essas ações quando houver dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- **Portabilidade de dados pessoais** – o Titular possui o direito de obter seus Dados Pessoais de forma estruturada a fim de serem transmitidos a outro fornecedor de serviço ou produto (outro Controlador).
- **Eliminação** – direito do Titular de solicitar a eliminação dos Dados Pessoais tratados com base no consentimento, exceto quando houver obrigação legal ou regulatória que permita o tratamento, transferência a terceiro ou os dados estiverem anonimizados para uso exclusivo do controlador.
- **Informação sobre compartilhamento** – direito do Titular de saber com quais entidades públicas e privadas foi realizado o compartilhamento de Dados Pessoais.
- **Não fornecer consentimento** – é assegurado ao Titular o direito de não fornecer o Consentimento solicitado e ser informado sobre eventuais consequências do não fornecimento.
- **Revogação do consentimento** – é assegurado ao Titular o direito de revogar o Consentimento fornecido a qualquer tempo.

O Titular poderá solicitar qualquer um destes direitos por meio de solicitação direta para o Encarregado, no seguinte endereço de e-mail: blourenco@lazzosecondment.com.br

Caso um Colaborador ou Terceiro receba solicitação de exercício de algum dos direitos previstos acima, tal solicitação deve ser prontamente enviada para o Encarregado ou deverá ser comunicado ao Titular de Dados Pessoais (ou à seu representante legal) que faça a solicitação no canal adequado, passando-se as devidas orientações sobre como fazê-lo.

17. REGISTRO DAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na presente Política, os Sócios, e/ou Colaboradores que estiverem conduzindo Tratamento de Dados Pessoais devem identificar e documentar os respectivos propósitos específicos/finalidades nos termos do item '6' acima.

A documentação de registro das atividades de Tratamento de Dados Pessoais deve ser clara e detalhada para que possa embasar as respostas às solicitações dos Titulares, no eventual exercício de seus direitos.

As operações de Tratamento de Dados Pessoais devem ser registradas pela área ou Sócio e/ou Colaborador responsável em documento específico e enviado para o Encarregado, contendo, no mínimo:

- a área ou Sócio ou Colaborador responsável pelo Tratamento;
- a finalidade específica do Tratamento;
- quais Dados Pessoais são objeto de Tratamento;
- de quem são os Dados Pessoais objeto de Tratamento (prestador de serviço, fornecedor, empregado, etc.), ou seja, categoria(s) dos Titulares de Dados;
- se há o Tratamento de Dados Pessoais de menor de idade;
- qual o meio de coleta dos Dados Pessoais e quais as formas/locais de armazenamento;
- se há o compartilhamento desses Dados Pessoais com Terceiros (inclusive mediante Transferência), se sim, indicar quais Terceiros, quais Dados Pessoais são compartilhados, a respectiva finalidade do compartilhamento e como ocorre o compartilhamento;
- os prazos previstos para a exclusão dos Dados Pessoais (sempre que possível).

Sempre que julgar necessário, o Encarregado poderá solicitar informações adicionais à área responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais, especialmente, mas não se limitando, para a realização de monitoramento e fiscalização.

Além disso, sempre que existir alterações nas operações de Tratamento de Dados Pessoais já mapeadas pela Lazzo em seu Registro de Tratamento de Dados Pessoais (RoP), a área ou o Sócio ou Colaborador responsável pelo respectivo fluxo/processo deve comunicar ao Encarregado.

18. PROTEÇÃO E SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A Lazzo preza pela segurança dos dados pessoais, de modo que se deve adotar práticas que assegurem a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados pessoais. Durante todo o Tratamento de Dados Pessoais devem ser utilizadas medidas técnicas e administrativas para que sejam mantidos em segurança, evitando quaisquer acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A Lazzo deve garantir que todos os seus Sócios, Colaboradores ou Terceiros que prestam serviços em nome dela observem a LGPD, inclusive nos aspectos relacionados à de Segurança da Informação, e cumpram o seguinte ao tratar e/ou transmitir Dados Pessoais:

- a) Os Dados Pessoais, armazenados de forma eletrônica ou física, devem ser mantidos em segurança.
- b) Os Sócios, Colaboradores e Terceiros devem garantir utilizar e seguir todos os procedimentos e tecnologias que a Lazzo implementou para manter a segurança dos Dados Pessoais desde o ponto de coleta até o ponto de destruição.
- c) Observar o item abaixo sobre resposta a (suspeita de) incidente de segurança.

19. RESPOSTA A UM INCIDENTE DE SEGURANÇA

Um incidente de segurança de Dados Pessoais pode ser compreendido como quaisquer acessos não autorizados a tais informações, situações acidentais ou ilícitas que resultem na destruição, perda, alteração, comunicação dessas, ou, ainda, qualquer forma de Tratamento desses mesmos Dados Pessoais de forma inadequada ou ilícita.

Caso um Sócio, Colaborador ou Terceiro tenha conhecimento ou suspeita de alguma violação de dados e/ou incidente de segurança de Dados Pessoais, inclusive em relação a Terceiros, deverá, prontamente, contatar o Encarregado para que a Lazzo possa adotar as medidas corretivas adequadas.

20. PENALIDADES

Para fins da efetividade desta Política, é importante que todos os Sócios, Colaboradores e Terceiros da Lazzo sigam as diretrizes e que cooperem para garantir a adequação e o cumprimento das disposições aplicáveis da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Será considerada infração a esta Política qualquer descumprimento às suas diretrizes. O descumprimento de qualquer item desta Política poderá ser punível, resultando na aplicação de penalidades cabíveis, de acordo com o Ordenamento Jurídico Brasileiro e nossos normativos internos.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Política entrará em vigor na data de sua divulgação, revogando e substituindo qualquer comunicação anterior sobre o assunto.

Esta Política poderá ser atualizada de tempos em tempos, de forma a estar em conformidade com as mudanças no cenário regulatório de proteção de dados e garantir a efetividade do Programa de Governança de Privacidade e Proteção de Dados da Lazzo Secondment.

Data da última versão deste documento: Setembro de 2024.